

# Modos de distinção

Select Language ▼



Imagem: Jessica Lewis



Por **JEAN PIERRE CHAUVIN\***

*O desejo de distinção parece ser um pré-requisito dos seres que estão cegos para os abusos de poder*

*“Trincheras de ideas valen más que trincheras de piedras” (José Martí, 1891)*

De modo geral, as sociedades costumam encontrar formas de classificar as pessoas e estabelecer distinções irreconciliáveis entre elas. No *Índice das coisas mais notáveis*, organizado por Antônio Vieira, ao final de cada tomo, o padre se referia aos povos nativos dos Estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará como “brasis” ou “gentio(s)”. O sentido principal era de que se tratava de seres pagãos, com alma desencaminhada pelo demônio, que precisariam ser catequizados para a glória do Senhor, acrescentamento da fé, expansão territorial e econômica do império português.[\[i\]](#)

No século XVIII, os homens letrados se distinguiam em relação aos escravos, artesãos e pequenos comerciantes, que, evidentemente, eram interditados e não

podiam acessar os recônditos domínios da corte. De acordo com Marco Antônio Silveira (1997, p. 46-47):

“Apesar das variadas classes sociais existentes no interior do Império lusitano, o que definia primordialmente a participação no grupo dirigente era o prestígio; daí o fato de a sociedade portuguesa apresentar uma estratificação estamental. Tal prestígio, capaz de conferir ‘nobreza’ aos membros do estamento, cada vez menos, durante a época moderna, constituía privilégio exclusivo das antigas famílias proprietárias de terra. Pelo contrário: à proporção que as conquistas no Ultramar avançavam e tornava-se mais evidente que a economia lusa era eminentemente mercantil, os títulos honoríficos e a incrustação na máquina administrativa afirmavam-se como meios de distinção. Ambos os caminhos, afinal aproximavam do rei. De outro lado, todo o aparato estético, valorativo e comportamental relativo à honra apresentava-se como indispensável na definição do lugar de cada um na sociedade”.

O alferes Tiradentes (transformado em “mártir da inconfidência” entre o final do século XIX e a década de 1930) não poderia ser apontado como um “revolucionário” ou “abolicionista”, já que não estava contra a coroa. Vale lembrar que ele também possuía escravos que trabalhavam em suas minas... Durante o século XIX, o Rio de Janeiro – sede do vice-reino desde 1763 –, passou ao estatuto de capital do Império. José de Alencar chegou a publicar cartas em favor da escravidão...

Enquanto vigorou a escravidão dos africanos, perduraram critérios e prerrogativas da assim chamada sociedade colonial, especialmente aqueles relacionados à distinção entre o trabalhador mecânico e o profissional liberal. Durante o Oitocentos, portar diploma de bacharel em direito, engenharia ou medicina era uma das formas de denotar superioridade em relação aos escravos, pequenos comerciantes, biscateiros, agregados etc. Aliás, o primeiro censo brasileiro (1872) sugeria que raros eram aqueles que sabiam ler, quanto menos escrever – fatores que se converteram em novo critério de distinção. A caricatura do “literato” marca um dos capítulos de *Os bruzundangas*, de Lima Barreto (1998, p. 62).

“Os mais escrupulosos escrevem uns mofinos artigos e tomam logo uns ares de Shakespeare; alguns publicam livros estafantes e solicitam dos críticos honrosas

referências; outros, quando já empregados no ministério, mandam os contínuos copiar velhos ofícios dos arquivos, colam as cópias com goma arábica em folhas de papel, mandam a coisa para a Tipografia Nacional do país, põem um título pomposo na coisa, são aclamados historiadores, sábios, cientistas e logram conseguir boas nomeações”.

Na prática, a abolição formal (mas não efetiva<sup>[ii]</sup>) da escravidão africana emendou nos projetos de incentivo à imigração de europeus, desde o final do século XIX, com o intuito de “branquear” a população do país, reforçando teses eugenistas. Basta ler o relato de políticos e historiadores da Velha República e da República Nova, para constatá-lo.<sup>[iii]</sup> A partir da década de 1940, setores mais poderosos da sociedade decidiram reeditar os princípios da “era colonial”. De certo modo, os antigos “homens bons” (que ocupavam a vereança e outros postos estratégicos nas antigas vilas, entre os séculos XVI e XVIII), passaram a ser confundidos com “homens de bem”.

Num caldeirão de hipocrisia e autoritarismo em que se combinavam integralismo, militarismo, teocracia e oportunismo, o léxico desses grupos passou a afetar patriotismo (subserviente); elogio da família (ainda que desestruturada); defesa da propriedade (excludente); apologia da modernização material e mental (apesar do conservadorismo reacionário) e o combate à suposta ameaça comunista (que nunca houve), repercutindo o ideário ventilado pelos Estados Unidos nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Em suma, desde meados do século XX, passou-se a discriminar “vadios” ou “desocupados”; “desordeiros” ou “subversivos”, como se fossem agentes do império do mal (ou seja, agentes da antiga URSS) Obviamente, nada se dizia dos infiltrados norte-americanos instalados no Brasil pelo menos desde 1949.

Segundo Claudia Wasserman:

“Apelos de caráter patriótico, conclamação anticomunista e proclamação pela defesa da democracia faziam parte das ideias defendidas por militares e civis adeptos da ideologia da Segurança Nacional, orquestrada a partir de diversas organizações, entre elas a Escola Superior de Guerra, O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o

Movimento Anticomunista (MAC), a Frente da Juventude Democrática e outros representantes da direita organizada. A estruturação desse pensamento teve origem nos cursos das escolas militares norte-americanas, notadamente a National War College, de Washington, que auxiliou os colegas militares brasileiros na estruturação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, e durante 12 anos manteve uma missão norte-americana trabalhando nessa instituição”.

Como se sabe, ao longo do século XX os latifundiários deram as mãos aos industriais, militares e políticos que repercutiam a ideologia liberal (e, mais tarde, neoliberal). O mito da ordem era personificado pelos “disciplinados” homens de farda; o mito da generosidade casava-se à imagem do industrial que “concedia” emprego aos mais humildes; o mito do empreendimento passou a contrapor “bem-sucedidos” e “fracassados”, [iv] paralelamente a um Estado cada vez mais alheio às graves questões sociais.

A privatização dos bens (ou seja, a repartição da propriedade pelos poderosos) quase sempre orbitou em torno da terra – ponto nevrálgico na história do país. Muitas vezes, o feitor do século XVI, o senhor de engenho dos séculos XVII e XVIII, o barão do século XIX, o “coroné” da Primeira República foram descritos paternalmente, como se fossem patrões virtuosos a proteger o território (e os “seus” criados e capatazes) dos “invasores”, seres marginais à lei.

Avancemos até o nosso tempo e lugar. Na cidade mais rica e desigual do país, a sanha por se distinguirem uns dos outros encontrou um dos seus pontos altos na década de 2000, quando associações de moradores de bairros considerados “nobres” – como Cerqueira César, Moema ou Higienópolis – ergueram-se contra a expansão dos corredores de ônibus e novas estações de metrô, sob alegação de quem esses locais favoreceriam o trânsito de “gente diferenciada”.

Em suma, quatro séculos separam o “gentio”, cunhado por Vieira, da “gente diferenciada”, classificada dessa forma pelos cidadãos ordeiros, equilibrados e de bem que habitam as ruas mais higiênicas, arborizadas e planas da Pauliceia. O desejo de distinção parece ser um pré-requisito dos seres que estão cegos para os abusos de poder; e hipócritas, quanto à moral.

Essa pretensão a ser considerado como ente superior, melhor e distinto em relação ao “povo” diz muito sobre a postura das elites e da impostura de amplos setores das classes médias. Como observou Florestan Fernandes (2021, p. 43), “[...] a articulação do totalitarismo de classe com a plutocracia moderna (na qual entram burguesias locais pró-imperialistas e dominação externa imperialista) requer um alto nível não só de militarização, mas também de tecnocratização das estruturas e funções do Estado. Não importa quem seja o ‘presidente’ [...] o essencial é como controlar uma “sociedade de massas”.

Ademais, quando pessoas de tal estirpe dizem “povo”, quase sempre o fazem de maneira a não serem confundidas com a massa que supõem homogeneizante. A cada vez que assim procedem, ressaltam o modo preconceituoso de conceber o mundo e o caráter oscilatório da classe a que pertencem. Nesse sentido, o léxico e a postura do homem distinto sinalizam para quão elástico podem ser conceitos como ética, moral e virtude. Dentre outras pragmáticas, são esses seres que estimulam o uso da palavra trabalho como valor absoluto. Evidentemente, não se trata de “valor”; tampouco de “valor absoluto”, já que certas ocupações estão reservadas às gentes “diferenciadas”. Para os ricos, mas também para aqueles que confundem trabalho com nobreza, ocupar-se é algo mais específico, que não se aproxima em nada do “serviço braçal”.

Examinar esse estado de coisas resulta em várias questões, dentre as quais: (1) De que se orgulham aqueles que se “distinguem” em relação àqueles que não tiveram a mesma estrutura, com oportunidades e meios? (2) A quem cabe combater as extremas desigualdades sociais, se não ao mesmo Estado que expulsou o “povo” para as periferias da cidade e o retirou da macroeconomia?

*\*Jean Pierre Chauvin é professor na Escola de Comunicação e Artes da USP. Autor, entre outros livros, de Mil, uma distopia (Luva Editora).*

## Referências

---

CAMARGOS, Daniel. Nespresso e Starbucks compraram café de fazenda flagrada com trabalho escravo. Disponível em:

<https://reporterbrasil.org.br/2019/04/nespresso-e-starbucks-compraram-cafe-de-fazenda-flagrada-com-trabalho-escravo/>

CHAUI, Marilena. Contra o discurso competente. In: \_\_\_\_\_. *A ideologia da competência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 113-115 (org. André Rocha).

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Garnier, 1998.

MARTÍ, José. *Nossa América/Nuestra América*. Brasília: Editora da UnB, 2011.

PÉCORA, Alcir. A escravidão nos sermões do Padre Antonio Vieira. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 153-170, 2019.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VIEIRA, Antônio. *Índice das coisas mais notáveis*. São Paulo: Hedra, 2010 (org. Alcir Pécora).

WASSERMAN, Claudia. O Império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto (orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS Editora, p. 27-44.

## Notas

---

[i] Como assinala Alcir Pécora (2019, p. 155): “Das muitas provas de que o indígena era dotado do lume da razão com que Deus fez análoga a si toda criatura, Vieira conclui pela injustiça do cativo a que vinha sendo submetido. Para ele, D. João IV, para fazer jus a seu título de restaurador da liberdade, tinha de instaurá-la também entre os brasis. Vale dizer: ao rei cabe integrar o indígena

ao corpo político do Estado enquanto súdito naturalmente livre, e ainda uma segunda vez liberto pelo nascimento na fé por meio da conversão”.

[ii] Vide esta denúncia feita em 2019, por exemplo:

<https://reporterbrasil.org.br/2019/04/nespresso-e-starbucks-compraram-cafe-de-fazenda-flagrada-com-trabalho-escravo/>

[iii] A esse respeito, leia-se: *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*, de Jerry Dávila (2006).

[iv] “Quem é o incompetente? Em nossas sociedades, é aquele que foi expropriado de sua condição de sujeito e convertido em objeto do saber e da prática dos competentes. Sob a auréola da neutralidade e da objetividade dos conhecimentos técnico-científicos, a competência é um poderoso elemento ideológico para justificar (ocultando) o exercício da dominação” (CHAUI, 2014, p. 113).

UA-148478982-1